

MOBILIZAÇÃO SOCIAL DOS INDÍGENAS DE KA UBANOKO CONTRA A REALOCAÇÃO NOS ABRIGOS DA OPERAÇÃO ACOLHIDA, BOA VISTA – RORAIMA

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-154>

Data de submissão: 11/11/2024

Data de publicação: 11/12/2024

**Marielys Briceño
Maxim Repetto
Márcia de Oliveira**

RESUMO

Em 2020, a Operação Acolhida implementou um Plano Emergencial para Ocupações Espontâneas em Boa Vista, Roraima, visando alocar pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade em abrigos ou outras instalações. A última ocupação a ser despejada, Ka Ubanoko, era composta por indígenas venezuelanos dos povos Warao, E'ñepá, Kariña e Pemón, além de não indígenas de diversas regiões da Venezuela. O estudo abrange atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pela Universidade Federal de Roraima, entre setembro de 2019 e janeiro de 2021. O objetivo é analisar a mobilização social baseada na identidade coletiva indígena durante a desocupação de Ka Ubanoko pela Unidade de Força-Tarefa da Operação Acolhida. Utilizamos a proposta metodológica de Marisa Revilla Blanco para examinar a mobilização social fundamentada na constituição dessa identidade e os princípios da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski para compreender a forma como reordenam sua identidade indígena e articulam ações de mobilização midiática para negociar soluções mais afins às suas formas de vida.

Palavras-chave: Indígenas Migrantes Venezolanos. Mobilização Social. Identidade Étnica.

1 INTRODUÇÃO

No texto, analisamos a ação de despejo dos indígenas venezuelanos de Ka Ubanoko e sua realocação em abrigos oficiais da Operação Acolhida realizada pela unidade da Força-Tarefa do Exército Brasileiro segundo o *Plano Emergencial para as Ocupações Espontâneas* realizada no ano de 2020 (BRASIL, 2020). A medida seexecutou sem amparo jurisdicional e em contravenção ao direito à Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), reconhecido pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais que é lei no país (BRASIL, 2004).

Ka Ubanoko, que na língua Warao significa 'lugar para dormir', surgiu como uma ocupação espontânea¹ em um prédio público abandonado, localizado na periferia, no Bairro Jockey Clube, na cidade de Boa Vista, estado de Roraima/Brasil. Este prédio rapidamente configurou-se como um espaço pluricultural devido à diversidade de línguas e culturas indígenas (Warao, E'ñepá, Kariña e Pemón) e não indígenas² que chegaram de diferentes regiões da Venezuela na busca de alternativas de vida diante da complexa situação econômica, política e social desse país (Castro, 2021 Briceño, 2022).

A chegada de venezuelanos ao Brasil teve, inicialmente, um forte componente indígena. Entre 2016 e 2017, a migração de mais de 3.000 indígenas Warao e E'ñepá motivou a criação da Medida Provisória nº 820/2018, posteriormente transformada na Lei nº 13.684/18 (BRASIL, 2018). Assim, as ações do governo, que inicialmente se concentravam na regulação da migração (Moreira, 2018), foram substituídas pela institucionalização da Operação Acolhida, cujas ações se baseiam em três pilares: gestão de fronteiras, oferta de abrigos temporários e o processo de interiorização.

A partir de 2018, a migração venezuelana passou a ser gerenciada pelo programa Operação Acolhida, o qual é gerenciado pelo Exército Brasileiro vinculado ao Ministério da Defesa. Nesse período, intensificou-se a política de refúgio, que havia começado em 2017 sob a administração do estado com a participação da sociedade civil (Moreira, 2018; Castilho, 2022). Os objetivos da operação seriam:

[...] (i) organização de fronteira, (ii) refúgio, (iii) realocação da população venezuelana. A Força de Trabalho funcionou como catalisadora de organizações não-governamentais e agências da ONU, coordenando e direcionando as ações e recursos em resposta aos deslocamentos venezuelanos em Roraima (Castilho, 2022, p. 212, tradução nossa).

¹ Ocupação espontânea é um termo usado no Brasil para se referir às ocupações não amparadas pela legislação brasileira.

² A Ocupação Ka Ubanoko inclui comunidades não indígenas e indígenas, porém o trabalho de campo concentrou-se principalmente nos indígenas pela especialidade do direito à Consulta Prévia, Livre e Informada que analisamos. O termo “não indígena” é referido à população autodenominada como “criollo” na Venezuela, termo usado para se referir aos mestiços não indígenas. Neste artigo, vamos utilizar a denominação não indígena para nos referir à população de Ka Ubanoko autodeclarada como criolla ou parda naquele prédio.

A Operação Acolhida tem sido e ainda é em Roraima a principal política migratória para a recepção dos venezuelanos que fogem da crise complexa e prolongada em seu país.

Os estudos sobre Ka Ubanoko destacam-se em relação aos abrigos da Operação Acolhida, os quais são percebidos como espaços fechados, controlados e coercitivos (Briceño, 2022), locais de confinamento, onde são implementadas estratégias de controle sobre corpos e movimentos (Castro, 2021).

Destacamos a importância e relevância atual deste tema, especialmente considerando os debates recentes em torno dos abrigos quanto à securitização do acolhimento (Zanforlin, 2023), maus tratos (Lima, 2024) e irregularidades nos procedimentos de licitações (Luckezie, 2024). Mas também pela tendência de algumas pesquisas a elogiar de forma acrítica a Operação Acolhida como política migratória no Brasil.

O objetivo deste artigo é analisar a mobilização social com base na identidade coletiva dos indígenas de Ka Ubanoko e a articulação de ações de mobilização midiática para negociar soluções mais afins às suas formas de vida.

Salientamos a estratégia das lideranças em utilizar um instrumento de direito internacional como bandeira para adiar o prazo da desocupação, com o objetivo de ganhar tempo e negociar soluções mais adequadas com suas formas de vida.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada foi a análise qualitativa, realizada por meio da interpretação documental e das notas reflexivas elaboradas durante as ações de estudo, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Essa metodologia foi desenvolvida através do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras: Processos Sociais e Simbólicos (GEIFRON) e do Grupo de pesquisa Laboratórios Socionaturais Vivos e Educação Intercultural³.

As ações de extensão consistiram em encontros periódicos, nos quais foi possível registrar anotações em um caderno reflexivo que hoje serve de suporte para o presente estudo. As notas foram elaboradas durante entrevistas não estruturadas, debates em aulas dos cursos, encontros culturais, reuniões de grupo, assembleias ou conversações informais baseadas nos laços de amizade e confiança construídos em Ka Ubanoko.

³ A Universidade Federal de Roraima realizou atividades de estudo, pesquisa e extensão em Ka Ubanoko entre setembro de 2019 e janeiro de 2021 através do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras: Processos Sociais e Simbólicos (GEIFRON), entre setembro de 2019 a novembro de 2020; e do Grupo de pesquisa Laboratórios Socionaturais Vivos e Educação Intercultural, entre agosto de 2020 e janeiro de 2021.

As análises documentais estão baseadas no Protocolo de Consulta elaborado pelos indígenas de Ka Ubanoko entre outubro e dezembro de 2020. Também consideramos informações obtidas de publicações sobre o processo de desocupação de Ka Ubanoko, entre setembro de 2020 e janeiro de 2021. No total, foram revisadas 10 publicações em jornais, sete em sites religiosos, quatro em sites de ativistas, uma resenha na Wikipédia e uma publicação na agência pública de notícias. Assim como três artigos de revistas e um documentário elaborado por Resistir Produções, a agência amazônica independente de comunicação popular e produção cultural. Para esse levantamento, utilizamos o buscador Google.

Destaca-se que esta pesquisa é um recorte dos resultados da Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociedades e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (Briceño, 2022).

3 FUNDAMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO

Para analisar a mobilização social e seu significado para os indígenas de Ka Ubanoko, entre o dia da notificação e o dia da desocupação, utilizamos o referencial metodológico de Marisa Blanco (2005). A autora oferece uma abordagem inovadora ao investigar a mobilização social indígena, enfocando a constituição da identidade coletiva do grupo e como estas identidades são ressignificadas em conflitos com o Estado e outros atores sociais⁴.

Blanco considera a etnicidade um elemento estratégico para a mobilização social. Citando Castells (1997) a considera como referencial de identidade e Bello (2004) como eixo central na ação política dos sujeitos indígenas para negociar com o Estado e obter visibilidade pública. A partir de Fredrik Barth (1976), vê a etnicidade como organização social delimitada por fronteiras étnicas e não apenas por atributos observáveis, mas pela demarcação de fronteiras étnicas estabelecidas a partir das diferenças nos processos de interação social.

Complementarmente, com o apporte de Oliveira (1990), a autora aborda a etnicidade como um importante referencial de unidade para resistir às ideologias de fragmentação e individualismo. Nesta perspectiva, é possível a mobilização social pela ressignificação de diversas identidades indígenas na formação de uma identidade coletiva comum, que Oliveira denomina "identidade panindígena" (Oliveira, 1990, p. 146).

⁴ O referencial de Marisa Revilla Blanco foi inovador no sentido que não foca as análises na estrutura de oportunidades políticas para a emergência e consolidação dos movimentos sociais, como focaram as metodologias políticas e sociológicas de análises dos movimentos sociais na região. Para a autora, este tipo de análises não permite explicar a construção das identidades coletivas nos processos de mobilização social destes grupos.

Coincide com Gohn (2008), ao considerar a identidade como uma categoria analítica para os estudos sobre a mobilização social na América Latina. Conteste com Toro e Werneck (2007), afirma e mantém que a identidade pode ser expressada em uma diversidade de ações coletivas. Ações que, embora nem sempre configuradas como movimentos sociais, são analisadas por teorias contemporâneas. Reflexo das mudanças na realidade e na emergência de novas formas de ação social e categorias de análise.

Com base nestes autores, Blanco (1994; 2005) entende e argumenta que a mobilização social é o resultado de reordenamentos político-culturais que abrangem desde grandes movimentos até estratégias de negociação, representação e pressão com impacto nacional ou internacional.

Neste estudo, empregamos o referencial metodológico de Blanco (2005) para analisar a mobilização social dos indígenas de Ka Ubanoko com base na identidade coletiva e fundamentamos nossas análises na Teoria Psicológica Histórico-Cultural de Lev Vigotski (1991)⁵, desdobrada na Teoria Geral da Atividade de Aleksei Leontiev (1983).

Conforme Vigotski (2004), cultura e história são centrais nos processos de desenvolvimento. A cultura expressa nas atividades sociais, são em si mesmas práticas culturais mediando o desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores tais como pensamento, linguagem, memória, capacidade de abstração e consciência (Vigotski, 1991).

4 INDÍGENAS DE KA UBANOKO: DE SUJEITOS ÍNDIGENAS A SUJEITOS HISTÓRICOS POLÍTICOS

A migração de venezuelanos pela rota sul insere-se na ampla dinâmica de mobilidade humana que caracteriza a Amazônia Continental, conforme descrito por Oliveira (2014) e, posteriormente, por Oliveira, Sarmiento e Valério (2020). Inicialmente, esses migrantes dirigem-se a Boa Vista, no estado de Roraima, um locus privilegiado de interações interétnicas e culturais (Oliveira, 2000). Esse ponto de conexão é fundamental entre as regiões amazônicas da República Bolivariana da Venezuela, da República Cooperativa da Guiana e da República Federativa do Brasil, que registram um aumento na mobilidade devido à crescente crise no país.

Essa crise afetou a população venezuelana, incluindo os povos indígenas das comunidades do Nordeste, no estado de Delta Amacuro, e do Sul e Sudoeste, no estado de Bolívar. Os povos E'ñepá, Kariña, Warao e Pemón, que ocuparam Ka Ubanoko entre 2019 e 2020, relataram ter escolhido o Brasil pela acessibilidade e pela busca de melhores oportunidades de vida e emprego, além

⁵ Lev Semyonovich Vygotski, sendo o sobrenome também transliterado como Vigotski ou Vygotsky; Neste estudo é citado como Lev Semyonovich Vigotski e referenciado tal como aparece nos textos consultados.

da necessidade de reunificação familiar e acesso a serviços médicos, entre outros, conforme fontes de Brasil (2021), Castro (2021) e Briceño (2022).

Desde o início da ocupação, esses povos persistem na manutenção de sua identidade étnica (Yamada et al., 2018) e não se veem como migrantes, mas como circulantes em territórios que consideram uma extensão de seus territórios originários (Oliveira, Sarmiento e Valério, 2020). Verifica-se que no contexto migratório interno ou internacional, esses povos mantêm e exercem suas identidades indígenas, como descritopor (Yamada, et al 2018).

Quanto à identidade étnica, Barth (1976) descreve dois processos simultâneos: a autodefinição e a diferenciação de forma reflexa. Na autodefinição, são considerados os processos de organização interna que, segundo a Teoria da Atividade de Leontiev (1983), media a realização das atividades sociais, envolvendo a formação social dos sujeitos.

Essa autoidentificação é especialmente relevante em nossas análises sobre mobilização social com base na identidade, pois decorre do desenvolvimento cognitivo, vinculando funções psicológicas superiores como memória, capacidade de abstração e consciência, temporal e espacialmente situadas nas categorias “sujeitos tutelados” e “sujeitos políticos”. Essas funções estão associadas à necessidade de encontrar soluções que se alinhem às suas formas de viver diante do conflito gerado pela ação de desocupação e realocação nos abrigos da Operação Acolhida.

A seguir, identificaremos os fatores que influenciaram as mudanças na constituição da identidade coletiva para a mobilização social dos indígenas de Ka Ubanoko.

4.1 FATORES INTERNOS: ORGANIZAÇÃO INTERNA E EXPERIÊNCIAS NO EXERCÍCIO DA LIDERANÇA

Destacamos alguns aspectos da organização interna em Ka Ubanoko e das concepções de livre determinação dos povos, ambos tópicos de interesse para atingir o objetivo da pesquisa.

Nancy Martínez (2020)⁶, residente de Ka Ubanoko, relatou como o prédio foi ocupado por indígenas e não indígenas migrantes. Segundo Martínez, isso ocorreu entre fevereiro e março de 2019. Ela achou fascinante a diversidade de línguas, dialetos e culturas presentes nesse curto período, além da forma como o espaço foi se organizando, com foco na autogestão, mesmo diante de opiniões divergentes que, desde os primeiros meses, já ameaçavam expulsá-los do prédio.

Diante da possibilidade de serem despejados, a organização inicial foi estruturada com lideranças indígenas e não indígenas. A liderança indígena renovou as formas tradicionais de

⁶ Entrevista concedida a Marielys Briceño pela senhora Nancy Martínez (nome real), residente de Ka Ubanoko, pertencente ao grupo de não indígenas da ocupação, Boa Vista, 03 de out. de 2020.

organização por parentes, sob a orientação de um chefe chamado Aidamo⁷ e de um Conselho de Anciões⁸, responsável pelo cuidado de todos os povos. As decisões eram tomadas após consultas dos Aidamos com suas respectivas famílias. Posteriormente, essas decisões eram apresentadas ao Conselho de Anciões e, dependendo do tema, levadas às assembleias gerais, em conjunto com a coordenação não indígena. Dessa maneira, as decisões de interesse comum eram tomadas para reduzir as tensões entre as diversas culturas presentes na ocupação.

Um aspecto interessante de destacar é que, na organização interna do espaço, indígenas e não indígenas transpuseram as formas de organização comunitária previstas na *Ley de Consejos Comunales* da Venezuela⁹. Essa lei, vigente a partir do governo do Presidente Chávez, estabelece as bases para o pretendido Estado Comunal¹⁰, que ainda não se configurou no país. A lei prevê a criação dos *Consejos Comunales* e dos *Comitês de Trabajo*¹¹ associados a eles em toda a extensão territorial da Venezuela, adaptados às realidades de cada comunidade.

Na época, percebíamos que os moradores de Ka Ubanoko, cientes da ameaça de despejo desde os primeiros meses da ocupação, consideravam a organização como uma estratégia para não serem retirados do prédio. Em conversas informais, comentavam a esperança de permanecerem na ocupação, à medida que garantiram a ordem e a organização interna.

Cada grupo foi organizado em comitês focados em diferentes áreas, como saúde, esportes, limpeza, alimentação, segurança, educação e cultura, entre outras. Essa forma de organização interna expressava a capacidade política dos indígenas para se organizarem, incorporando aprendizagens favoráveis de não indígenas e definindo estratégias diante de possíveis conflitos com o Estado.

⁷ Aidamo é o termo utilizado pelos indígenas Warao para se referir às lideranças de seu povo

⁸ O Conselho de Anciões esteve formado em Ka Ubanoko por um grupo de anciões das diferentes etnias que moravam ali moravam (Warao, E'ñepá, Kariña e Pemón). Eles deliberavam sobre as decisões importantes da comunidade.

⁹ A Ley Organica de los Consejos Comunales prevê a constituição de Consejos Comunales como instâncias de participação direta no exercício da soberania popular e sua relação com os órgãos e entes do poder público para a formulação, execução, controle e avaliação das políticas públicas, bem como dos planos e projetos associados com o desenvolvimento comunitário (VENEZUELA, 2009).

¹⁰ Segundo as disposições gerais da Ley Organica de las Comunas, o Estado Comunal é uma forma de organização político-social, fundada no estado democrático estabelecido nos termos da constituição.

¹¹ Conforme o Artigo 4, numeral 6, da Ley de Consejos Comunales, os Comitês de Trabajo são unidades básicas dos Consejos Comunales. São conformados por representantes eleitos entre os membros do respectivo Consejo Comunal para tratar assuntos específicos segundo cada Comitê.

Figura 1 Fotografia Projeto Educação Emergencial para crianças indígenas



Fonte: Militza Pérez, 2020.

De acordo com Oliveira, Sarmiento e Valério (2020), desde o início, a ocupação foi assumida com uma perspectiva de autogestão e auto-organização, evidenciando o desejo de serem participantes ativos nas soluções, e não meros beneficiários da assistência humanitária. O grupo criou regras de convivência, horários, uso coletivo do espaço, distribuição de tarefas relacionadas ao local habitado, além de promover manifestações culturais e religiosas.

No prédio, era comum a preparação de alimentos, a elaboração de artesanatos, acura de doenças, as danças, os cantos, a contação de histórias e os encontros, entre outras atividades sociais. Esses encontros contavam com a participação de diferentes povos da ocupação, além de não indígenas e convidados de organizações religiosas, da sociedade civil em geral, de agências internacionais e de representantes do governo (Castro, 2021; Castilho, 2022).

Em Ka Ubanoko, as lideranças se esforçavam para demonstrar sua capacidade de organização e autogestão. Percebemos que isso era uma estratégia para obter apoio de organizações e entes públicos e, assim, continuar ocupando o prédio, receber ajuda humanitária e respostas às suas demandas de trabalho e educação.

Aos poucos, percebemos que, nos encontros com organizações da sociedade civil, agências internacionais e representantes do Estado, especialmente do Ministério Público, as lideranças dos diferentes povos começaram a se identificar como "indígenas migrantes venezuelanos" e, eventualmente, de forma mais discreta, como "indígenas da América toda".

Quanto ao direito à livre determinação, na perspectiva dos indígenas, este é um direito intrínseco que expressa sua identidade em relação aos outros. Conforme exposto perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2021), a fonte desse direito não se encontra nas normas e mandatos não indígenas, mas na natureza, nos seres espirituais nos territórios que precedem os estados nacionais. Esse direito abrange a capacidade de autogoverno, tanto na organização social quanto na gestão dos territórios e de seus recursos. Inclui também o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada sobre assuntos que possam afetar seus interesses.

Como se infere do texto da Comissão, esse direito possui um forte componente identitário e reivindica a capacidade jurídica plena como sujeitos políticos para se organizar e decidir conforme suas formas de conceber o mundo.

4.2 FATORES EXTERNOS

Um dos aspectos destacados pelas lideranças de Ka Ubanoko desde o início foram suas demandas pela formação do grupo. Em um encontro de grupo focal, realizado em 10 de junho de 2019 pela Fundação Fé e Alegria, em parceria com o GEIFRON, os participantes expressaram a necessidade de formação em diferentes temas para o exercício da liderança nos novos contextos de deslocamento. Deste encontro decorreram cursos Redes Migratórias e Formação de Lideranças com o GEIFRON e Formação para o Fortalecimento da Organização Comunitária (Programa-FOCO).

Desde o início, percebemos que o grupo de indígenas, composto por jovens e anciões, já trazia uma trajetória política da Venezuela. Os anciões tinham experiência no movimento indígena por meio do Conselho Índio de Venezuela (CONIVE). Os jovens participaram do ativismo político que surgiu na Venezuela no começo deste século XX. Esses percursos são categorizados no referencial de Blanco (2005), como estruturas de oportunidades políticas criadas no caso analisado, pela Convenção 169/1989 da OIT e pela refundação da República Bolivariana da Venezuela como uma sociedade democrática, participativa, multiétnica e pluricultural (Venezuela, 1999).

Outras organizações da sociedade civil também atuaram na ocupação. Com fundos de agências de financiamento nacionais e internacionais, essas organizações atuantes no estado de Roraima destinaram recursos para intervir no prédio com diferentes ações de intervenção social.

Em Ka Ubanoko, foram reunidas capacidades de organização e formas próprias de pensar e agir dos grupos, juntamente com a atuação de profissionais de diferentes áreas, como antropologia, sociologia, migração, direito, assistência social, psicologia, educação e ciências da saúde das diferentes organizações e agências atuantes. Como exposto por Blanco (2005), neste tipo de mobilização social, os atores externos também são um fator a influir na ação social em circunstâncias de tempo e espaço determinados. Desempregados em sua maioria, os moradores da ocupação dependiam principalmente das intervenções das organizações da sociedade civil. Estas forneciam alimentos preparados, alimentos para serem preparados e cestas básicas de alimentação, kits de higiene e orientação para acessar serviços socioassistenciais e de saúde, formação e capacitação técnica, entre outras diversas formas de ajudas, bens e serviços.

A organização interna era responsável da distribuição das ajudas segundo seus mecanismos de tomada de decisões.

5 FORMAÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA COMO MOTIVAÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Como veremos, a oficialização da desocupação de Ka Ubanoko, em setembro de 2020, desencadeou situações de tensão entre as lideranças indígenas e as autoridades governamentais. O confronto refletiu a luta pelo reconhecimento como sujeitos políticos pelos direitos dos povos indígenas e atualizou a memória dos povos sobre a histórica dinâmica de exercício de poder do Estado. Essa ação foi interpretada como uma agressão à dignidade e uma ameaça direta às suas formas de vida.

5.1 TRAVAÇÂO DO CONFLITO ENTRE INDÍGENAS DE KA UBANOKO E AUNIDADE DE FORÇA TAREFA DO EXÉRCITO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA

O conflito entre os indígenas de Ka Ubanoko e a Unidade de Força-Tarefa da Operação Acolhida alcançou seu ápice em 17 de setembro de 2020, quando foi oficializada a notificação de desocupação do território. A partir desse momento, a comunidade indígena enfrentou um processo marcado por tensões internas e externas, evidenciadas pela divisão entre indígenas e não indígenas, resultado das soluções diferenciadas oferecidas a cada grupo.

Os representantes da Operação Acolhida convocaram as lideranças de forma separada. Inicialmente, apenas os não indígenas compareceram ao encontro, o que iniciou a divisão entre os grupos. Desde o início, as soluções oferecidas foram distintas para cada um deles.

Nas respectivas reuniões, o general Antônio Manoel de Barros comunicou verbalmente a decisão de desocupar o espaço até 28 de outubro de 2020. Sem fornecer maiores explicações, ele informou aos indígenas que teriam a oportunidade de ser realocados no Abrigo Jardim Floresta, preparado para esse fim. Aos não indígenas, foi oferecido apoio para o pagamento de aluguel por três meses ou a possibilidade de interiorização pela Operação Acolhida. Essas reuniões contaram com a presença de organizações e agências internacionais que, até então, haviam atuado como aliadas na ocupação, gerando confusão em ambos grupos, indígenas e não indígenas.

A reação imediata foi de rejeição à medida. Os não indígenas argumentaram que não tinham outro lugar para ir e destacaram as ações da organização interna, que permitiu a manutenção das famílias e a segurança de todos os moradores. Os indígenas também usaram esses argumentos,

mas direcionaram suas ações para a formulação de uma denúncia pela violação do direito à Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), reconhecida na Convenção 169/1989 da OIT¹².

Parte da população de Ka Ubanoko, tanto indígena quanto não indígena, já havia experimentado a acolhida nos abrigos de Pintolândia e Pacaraima e não desejava retornar a eles. No entanto, o tratamento diferenciado dado aos indígenas gerou desconforto e enfraqueceu a coordenação geral da ocupação.

Nos meses seguintes, a organização dos não indígenas sofreu novas divisões. Isso ocorreu, em parte, porque o Exército se instalou na ocupação para persuadi-los a escolher entre as opções oferecidas: ajuda para aluguel por três meses ou interiorização, sob a ameaça de ficarem desabrigados.

Além disso, algumas lideranças indígenas foram beneficiadas com ajuda para comprar um terreno na periferia da cidade. Os indígenas também foram pressionados a aceitar a realocação no abrigo, sob a mesma ameaça. Apesar do impacto psicológico dessapossibilidade em ambos os grupos, os indígenas permaneceram unidos, tanto no Abrigo Jardim Floresta quanto no Abrigo Pintolândia.

Uma das primeiras ações implementadas em conjunto pelos dois grupos foi a entrega de uma carta-proposta solicitando a concessão de permanência legal na propriedade, assumindo a autogestão. No entanto, essa solicitação não recebeu resposta. Como estratégia de mobilização para resistir à desocupação, os indígenas iniciaram uma mobilização midiática. Difundiram áudios nos quais expressavam sua indignação pela decisão tomada sem consulta prévia. Eles destacaram que, em várias ocasiões, haviam solicitado aos representantes do Estado e às organizações e agências internacionais que apoiaram o *Plano Emergencial* que fossem mantidos informados e que nenhuma decisão fosse tomada sem a participação deles (Leany Torres, áudio divulgado em 20 de setembro de 2020)¹³.

Diante da falta de resposta e se sentindo afetados em sua dignidade, os indígenas mobilizaram-se para pressionar a realização da CPLI, com o objetivo de serem ouvidos sobre suas opiniões a

¹²O direito à Consulta Prévia, Livre e Informada está reconhecido no artigo 6º da Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Estabelece a obrigação dos governos realizarem consulta prévia, livre e informada com os povos interessados "por meio de procedimentos apropriados e, em particular, por meio de suas instituições representativas, sempre que estejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente" (OIT, 2011).

¹³ Leany Torres, Vice-Aidama Geral dos indígenas de Ka Ubanoko, esteve à frente da organização indígena. O Aidama Geral era um homem jovem Eñepá de nome Alveiri Martínez, um dos poucos que falava espanhol e compreendia medianamente o português. Leany Torres, igualmente jovem, juntamente com seu grupo familiar, foi para o Abrigo Jardim Floresta e, junto com outros indígenas, Eñepá e Kariña, comprou um terreno no município de Cantá, Roraima. Para isso, realizaram uma vaquinha e receberam apoio de algumas organizações religiosas. Atualmente, Leany trabalha para a Organização Internacional para as Migrações (OIM), com sede em Brasília, e mantém laços com seus parentes em Cantá e na Venezuela.

respeito da desocupação e da realocação em espaços percebidos como controlados, que restringiam suas liberdades.

5.2 AFETAÇÃO DA DIGNIDADE, APELO À IDENTIDADE INDÍGENA COMUM E ÀSSUAS CAPACIADES E POTENCIALIDADES

Uma vez notificada a decisão de desocupação de Ka Ubanoko, Leany Torres expressou a consciência dos indígenas sobre seus direitos como povos originários. Ela exigiu o reconhecimento de suas capacidades para construir suas próprias histórias, o respeito aos seus direitos e a possibilidade de negociar soluções mais alinhadas às suas formas de vida. Em entrevista, Leany afirmou:

Ninguém pode tomar decisões por nós, somos indígenas e conhecemos nosso direito, conhecemos nosso valor e lutamos pela nossa sobrevivência há muito tempo. Ninguém pode chegar e decidir o que tem que ser feito sem saber o que achamos, nós mesmos nos reunimos, todos juntos, para criar as nossas propostas e condições¹⁴.

Essa postura reflete a consciência do grupo sobre o exercício do poder sobre eles, exacerbada pela forma como a decisão foi tomada, sem a devida consulta, conforme exigido pela Convenção 169 da OIT e solicitado reiteradamente pelos próprios indígenas nos Grupos de Trabalho da Operação Acolhida. Além disso, a situação foi agravada pela intenção de executar a medida em meio à pandemia.

Deirys Ramos, em áudio divulgado em Boa Vista, setembro de 2020, enfatizou a importância da autonomia dos moradores de Ka Ubanoko ao declarar: "Não somos animais, somos seres humanos" (tradução nossa). Segundo Ramos, nos abrigos convencionais, "não teremos liberdade para expressar nossas ideias, nem para agir de acordo com os nossos costumes" (tradução nossa).

Suas falas indicam que os abrigos restringiam a livre expressão, a capacidade de agir conforme seus costumes e a prática de suas atividades sociais, como dançar, cantar, preparar alimentos e curar os doentes. Ela destacou que os indígenas não queriam "migalhas", referindo-se à oferta de abrigo e alimentos em marmitas, que representava, em sua visão, uma atualização das antigas formas de colonização (Ramos, em áudio divulgado em Boa Vista, setembro de 2020).

As práticas culturais, como danças, cantos e preparação de alimentos, que ainda eram possíveis em Ka Ubanoko, seriam inviáveis nos abrigos. Para Ramos, a imposição dessas condições,

¹⁴ Entrevista de Leany Torres (nome real) concedida a Montel e publicada em Boa Vista, dez. 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/em-assembleia-indigenas-venezuelanos-defendem-permanencia-em-kaubanoko/>. Acesso em: 10 sep. 2024.

sob a ameaça de serem deixados na rua, evidenciava a tentativa de controle e violação da autonomia e autogestão alcançada pelos moradores da ocupação.

O discurso de Deirys Ramos atualizava a memória coletiva dos povos indígenas. Esse processo, conforme Halbwachs (1990), mostra que as memórias coletivas conservam e alimentam as memórias individuais, relembrando as perdas históricas de vidas, territórios e riquezas naturais.

José Ramón Rodríguez, Aidamo Warao, preocupado diante à possibilidade de ficar na rua, expressou:

Vários moradores têm experiência de abrigos, somos nós que sabemos das nossas necessidades, então também temos que fazer parte da coordenação dos abrigos, só pedimos que esses locais sejam adaptados culturalmente com nossomodo de viver", (Paredes, 2020)¹⁵.

Baudilio Centeno destacou a autonomia do grupo em Ka Ubanoko para se deslocar em busca de trabalho e para preparar seus alimentos:

Em Ka'Ubanoko tenho liberdade para sair e procurar trabalho, dividimos a alimentação, vivemos em uma comunidade organizada, dizem que o local não tem condições para que possamos morar aqui, mas eu digo que hoje tem sim, não tinha quando chegamos aqui, era tudo abandonado, sujo, o local era usado por facções criminosas, mas chegamos e transformamos esse lugar em nossa casa (Centeno, 2020)¹⁶.

Em entrevista concedida por Leany Torres a Raquel e Carvalho (2020, s/p), elade destacou que " a vida dos Warao está ligada à terra e ter terra é ter vida (...) Ficar dentro de um abrigo nos limitaria muito, seria como estar em um campo de concentração" (tradução nossa)

Em outro trecho do mesmo áudio, divulgado em Boa Vista, setembro de 2020, Leany Torres fez um apelo à identidade coletiva comum. Com a expressão "somos indígenas da América toda", os indígenas de Ka Ubanoko expressaram seu sentimento de pertencimento a uma identidade que vem se ressignificando no continente a partir da lutados movimentos sociais indígenas nos anos 1960.

Com base nesses debates, podemos afirmar que, ao se autodenominarem “povos da América toda”, Torres, representando os indígenas de Ka Ubanoko, trouxe evidências do ordenamento das identidades étnicas dos povos indígenas venezuelanos das etnias Warao, E'ñepá, Kariña e Pemón em uma identidade coletiva mais ampla: “indígenas da América toda.”.

¹⁵ 15 Declarações de Ramón Paredes (nome real) a Montel (2020). Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/em-assembleia-indigenas-venezuelanos-defendem-permanencia-em-kaubanoko/>. Acesso em: 10 sep. 2024.

¹⁶ 16 Declarações de Baudilio Centeno (nome real) a Montel (2020). Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/em-assembleia-indigenas-venezuelanos-defendem-permanencia-em-kaubanoko/>. Acesso em: 10 sep. 2024.

Dessa forma, compreendemos que, na autoidentificação das lideranças nos espaços públicos, antes do conflito com o Exército, os indígenas pareciam atribuir maior valor à condição de “migrantes indígenas venezuelanos” do que à de “migrantes” genéricos. Assim, demarcavam fronteiras em relação aos não indígenas e buscavam reconhecimento como sujeitos políticos para atuar e obter respostas das entidades estatais, das agências internacionais e das organizações da sociedade civil.

No conflito com o Exército, durante o processo de desocupação, os indígenas pareciam encontrar na identidade de “índios da América toda” um mecanismo de diferenciação que transcendia o contexto local da migração venezuelana em Roraima. Com base nessa identidade, a ação midiática implementada buscava o apoio de diferentes atores em escala nacional e internacional.

Em concordância, Velasco explica que em casos com estes o que acontece é “que ser indígena se torna um orgulho e um recurso para a mobilização contra os agravios à cultura, à etnia, à língua e aos costumes” (Velasco, 2003, p. 55, tradução nossa). Ele acrescenta que a identidade indígena comum é o elemento que desperta a consciência para ação social em defesa de seus direitos.

Nos encontros subsequentes, os discursos se repetiam, e a situação foi amplamente divulgada por repórteres, contribuindo para a mobilização social. Vídeos e um documentário foram elaborados com a participação de outras lideranças e moradores para mostrar a recuperação do prédio e os esforços para manter a segurança interna, como argumento para solicitar a continuidade da ocupação do local¹⁷.

5.3 CAPACIDADE DE ORGANIZAÇÃO E DE ARTICULAÇÃO COM ATORES EXTERNOS NO PROCESSO DE MUDANÇA

A partir dos *Perfis Organizativos e de Lideranças Indígenas* elaborados por Blanco (2005), pode-se afirmar que, na formação da identidade coletiva dos indígenas de Ka'Ubanoko, eles se reivindicaram como *sujeitos políticos com interesses específicos e locais*. No decorrer das ações de resistência à desocupação, o grupo foi se configurando como uma *organização emergente, mediada pelo trabalho das lideranças nas relações entre os indígenas e os atores externos*.

Tendo em conta este resultado, é importante destacar que, embora não tenham conseguido a transição de *agentes passivos locais para atores com agenda própria e autorrepresentação em níveis nacional ou supranacional*, como acontece na configuração dos movimentos sociais, as lideranças, por meio de suas ações midiáticas, impactaram organizações da sociedade civil, recebendo apoio para

¹⁷ Documentário “Ka'Ubanoko “Um local para dormir”. Resistir Produções, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-DYZtN8iZc>. Acesso em: 29 set. 2024.

a ação, especialmente as vinculadas à Igreja Católica de Roraima, no grupo autodenominado Grupo de Articulação dos Serviços de Migrantes de Roraima (ASEMIR).

Os áudios circularam entre organizações e agências internacionais locais, assim como entre representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública do estado e da União, ultrapassando fronteiras internacionais e mobilizando organizações locais, que passaram a ter uma participação mais ativa no processo.

Em Boa Vista, iniciaram-se reuniões prolongadas na ocupação, com a participação das lideranças, do Conselho de Anciões e de todos os chefes de família. As organizações intermediaram a comunicação com entes do Estado, como o Ministério Público, a Defensoria Pública e até mesmo a Operação Acolhida.¹⁸

No plano nacional, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União foram acionados. No plano internacional, organizações religiosas de diferentes países na região também se manifestaram. Um dos atores mais influentes foi a *Coordinadora de Organizaciones Indígenas en la Cuenca Amazónica (COICA)*, que possibilitou a participação de Leany Torres em uma audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Na audiência, a liderança chamou a atenção para a forma como se pretendia desocupar o espaço da comunidade, violando o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada¹⁹.

Em 30 de setembro de 2020, houve uma reunião entre o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União, com o objetivo de garantir o acesso aos mecanismos jurisdicionais. Eles ouviram as demandas dos moradores e reconheceram a violação de direitos na forma como a decisão foi notificada, sem respeitar o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), sem considerar outras alternativas, com um prazo curto e em meio à pandemia de Covid-19 (Procuradoria da República em Roraima, 2020).

O acordo resultou na marcação de uma reunião com a unidade da Força-Tarefa para o dia 13 de outubro, visando solicitar, extrajudicialmente, a suspensão da operação e o início de um processo

¹⁸ Em poucos dias, os áudios ultrapassaram as fronteiras do Estado e da região Pan-Amazônica. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Rádio Fé e Alegría Venezuela, a Fundación Centro Gumilla Venezuela, os Missionários da Consolata, a Coordinadora de Organizaciones Indígenas en la Cuenca Amazónica (COICA) e todos os grupos de apoio da diocese de Roraima, entre outros, apareceram em diferentes mídias, chamando a atenção para garantir o respeito ao direito de Consulta.

¹⁹ A Coordinadora de Organizaciones Indígenas en la Cuenca Amazónica (COICA) acolheu a situação de Ka Ubanoko dentro dos casos priorizados no Programa de Defensa de Defensores y Defensoras Indígenas da COICA Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica. Como parte das ações, este programa coordenou a apresentação do caso perante a Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDHH). O texto apresentado na audiência faz parte do acervo documental desta pesquisa. Parte deste texto está disponível em: <<https://defensores.coicamazonia.org/2020/09/30/defensores-y-defensoras-indigenas-exigen-llamada-de-atencion-internacional-a-gobiernos-de-la-cuenca-amazonica/>>. Acesso em: 30 set. 2024.

de diálogo e consulta, conforme as disposições legais, com a possibilidade de introduzir um recurso judicial em caso de recusa.

Em 1º de outubro, a resistência da comunidade teve sua primeira vitória. O general Antônio Manoel de Barros informou à comunidade que o novo prazo para a desocupação voluntária seria em dezembro. Uma decisão que, segundo Leany Torres, era arbitrária, pois o prazo era curto e exigia mais tempo para organizar as ideias com os membros da comunidade²⁰.

Com essa notificação, o prazo para um procedimento sem proteção judicial foi adiado e, no período de um mês e meio, foi realizado um processo de CPLI, transscrito em um documento intitulado *Consulta Livre, Prévia e Informada, Ka Ubanoko 2020*. Participaram 20 *Aidamos*, incluindo chefes de famílias extensas e o Conselho de Anciões, além de crianças, adolescentes, mulheres e homens de todas as idades. O processo durou aproximadamente dois meses.

O procedimento de consulta foi conduzido por cada chefe de família, que consultou seus parentes. Os resultados dessas consultas foram levados à plenária com o Conselho de Anciões, e o processo continuou até que o texto final foi concluído e entregue a representantes da Operação Acolhida e do Ministério Público, responsável pela Operação Acolhida, em um ato público realizado no dia 15 de dezembro (Montiel, 2020).

Figura 2 Fotografia Entrega do Protocolo de Consulta Libre, Previa e Informada KaUbanoko 2020



Fonte, SimoneMêne, 2020.

O Protocolo, intitulado *Consulta Libre, Previa e Informada Ka Ubanoko 2020* dos Indígenas de Ka Ubanoko (2020) contextualiza as condições em que decidiram se deslocar para outros países. Nele, referem-se às diversas violações de direitos que sofreram como povos indígenas, das quais foram vítimas históricas na Venezuela, diferenciando o processo migratório forçado atual. Inclui uma lista dos desafios enfrentados nos novos territórios (barreiras linguísticas, preconceito e xenofobia

²⁰ Entrevista concedida por Leany Torres a Jaime Patias em Boa Vista, 2020. Disponível em: <https://www.revistamissoes.org.br/2020/10/ka-urbanoko-migrantes-ganham-novo-prazo-para-desocupar-area/>. Acessa em: 30 set. 2024.

que limitam o acesso direitos fundamentais). Além disso, expressa seus pensamentos sobre suas lutas e conquistas, destacando que, no plano cultural, as vitórias foram mais limitadas.

No texto, os indígenas denunciaram o que consideraram uma ação arbitrária: a desocupação e realocação forçada no abrigo, violando o direito de consultar crianças, adolescentes, adultos e anciões sobre essas medidas. Para eles, essa prerrogativa não era uma opção, mas um imperativo estabelecido para os estados.

Enfatizaram a importância de respeitar os tempos e processos de consulta e deliberação de suas instituições. Reivindicaram seus direitos de transitar pelos territórios da América, considerando-se predecessores aos processos de colonização. Eles eram conscientes das lógicas de dominação colonial e exigiam que suas formas de ver o mundo e suas instituições fossem respeitadas.

Solicitaram inclusão no programa de interiorização da Operação Acolhida, que até então era exclusivo para não indígenas. Argumentaram que participar desse processo não acarreta a perda da cultura. Criticaram a visão de tutela e defenderam a igualdade de condições para indígenas.

Caso fosse necessário ir para o abrigo, propuseram uma administração compartilhada (cogestão) dos abrigos, com acesso às informações gerais do orçamento, respeito às suas formas de organização sociopolítica.

Figura 3 Fotografia da liderança Leany Torres no ato de entrega do Protocolo



Fonte, SimoneMêne, 2020.

No ano seguinte à desocupação e realocação no Abrigo Jardim Floresta, um novo processo de consulta foi realizado. Este documento é significativo, primeiro, por ser uma conquista do grupo em meio a um conflito com o Estado, representado pelo Exército; segundo, porque seu conteúdo resulta de um processo de consulta organizado e articulado por eles. No texto, foram incluídas as reflexões resultantes da consulta, que, segundo nossas percepções como pesquisadores envolvidos no processo, foram rigorosamente realizadas por cada um dos Aidamos com seus parentes, nos espaços delimitados para cada grupo dentro de Ka Ubanoko.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o PCPLI, os áudios e as entrevistas, percebemos que, nas palavras dos indígenas de Ka Ubanoko, permeia a consciência do grupo sobre as formas de dominação colonial atualizadas na transgressão ao direito de serem consultados, assim como nas ameaças, no confinamento e no controle associados aos Abrigos da Operação Acolhida.

Com a consciência de si mesmos, de seu valor social e de seus direitos como povos indígenas, antecessores dos estados nacionais, além de suas capacidades e potencialidades, reafirmaram-se como sujeitos políticos, construtores de sua própria história, e exigiram tal reconhecimento. Em suas falas, os indígenas exigiram um ato confirmatório desse reconhecimento, mediante o respeito às suas formas de organização social e à participação nas oportunidades abertas para a sociedade nacional, sem, por isso, deixarem de ser índios.

Os estudos de Oliveira (2000; 2005) influenciados por Barth (1969; 1970) sobre a transição dos indígenas brasileiros de receptores passivos de políticas de dominação a atores politicamente ativos em autogestão concluem que tal transição foi impulsionada pela valorização consciente do "ser índio" e pela gestão do movimento indígena a partir da década de 1970 na luta política pelo exercício da cidadania.

Com base nesses estudos, interpretamos que, no processo de transição, os indígenas de Ka Ubanoko se diferenciavam, de forma refletida, dos "outros" não indígenas e configuravam uma identidade comum mais favoráveis aos seus interesses. Ao mesmo tempo, buscavam manter a autonomia para a autogestão que haviam alcançado na ocupação, ainda que condicionada pela lógica de dependência da política migratória gestada pela Operação Acolhida. Entendemos também que esse processo foi influenciado tanto pelo orgulho de "ser indígena" quanto pelas experiências de organização e atuação anteriores ao deslocamento, além das atualizadas ao longo desse percurso.

No caso dos indígenas de Ka Ubanoko, percebe-se que a aquisição de recursos organizativos e a renovação das lideranças estiveram diretamente relacionadas ao desenvolvimento de lideranças

indígenas em escala local, embora relevantes no contexto do deslocamento desses povos. As identidades foram moldadas a partir da interação socialintraétnica, interétnica e intercultural com não indígenas, atores externos e o Estado, representados por diferentes entidades, algumas mais sensibilizadas que outras.

Essas interações não implicaram “deixar de ser”, mas sim “ser”, conforme o contexto local e temporalmente situado da Boa Vista como cidade de maior impacto da política de acolhida. Locus de atuação de organizações e agências internacionais fortemente marcadas pelos discursos do O Direito Internacional de Direitos Humanos, o Direito Internacional dos Refugiados e o Direito Internacional e Nacional dos Povos Indígenas.

Entendemos assim que a mobilização social não é apenas o resultado da condição étnica, como exposto por Blanco (2005), e também não é apenas resultado da emergência da estrutura política de oportunidades. Mas sim o resultado da unidade entreatividade e consciência no processo ativo de organização, planejamento e articulação, sustentada por uma base importante de “orgulho índio”, que orienta e dá sentido à mobilização dos indivíduos historicamente situados.

A unidade atividade-consciência foi expressa nas falas dos indígenas associadas à ressignificação do “ser índio” e à constituição da identidade coletiva “índios da Américatoda”, bem como na organização, planejamento e articulação das ações midiáticas dotadas de sentido para resistir à desocupação e criar as condições de negociação.

Com base no referencial de Marisa Revilla Blanco à luz dos fundamentos da Teoria da Teoria Histórico Cultural e seu desdobramento na Teoria da Atividade, pode-se dizer que a identidade coletiva, no caso analisado, se constituiu na motivação para satisfazer a necessidade de reconhecimento como sujeitos políticos e alcançar seus objetivos, como exigir o cumprimento do protocolo, resistir à desocupação e ganhar tempo para negociar propostas adequadas às suas formas de organização e costumes.

Ao final do processo de despejo, é um fato que a força do Estado se impôs. A dependência em relação às organizações, agências e à própria Operação Acolhida, somada à situação de precariedade e vulnerabilidade, levou a maioria dos indígenas à realocação no Abrigo Jardim Floresta. Alguns poucos foram para o Abrigo Pintolândia. Esse processo, encerrado oficialmente, continua a ser lembrado como uma ação contraposta à política migratória de abrigamento vigente.

Quatro anos após o início da desocupação, a política migratória da Operação Acolhida permanece baseada em seu caráter emergencial, com orçamentos elevados, como demonstrado por Albuquerque (2022). Isso desvirtua um dos argumentos utilizados para justificar a desocupação e, atualmente, levanta questionamentos sobre os verdadeiros beneficiários dos recursos orçamentários,

evidenciando os interesses associados às políticas emergenciais dentro do sistema capitalista (Tissato, 2021). Em contraste, os migrantes continuam sem soluções duradouras para suas necessidades, especialmente no que diz respeito à integração social e econômica.

As tensões em torno da Operação Acolhida, discutidas nesses estudos, refletemos debates sobre a política migratória brasileira, que oscila entre o humanitarismo e a securitização. Isso exige uma reflexão crítica sobre como essas políticas podem ser aprimoradas para atender de maneira mais adequada e sustentável às necessidades dos migrantes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Janison. Auditoria Social dos “Negócios Migratórios”. Das ações de assistência técnica emergencial e humanitária em Roraima. 233 f. Dissertação. (Mestrado em Sociedades e Fronteiras), Programa de Pós-graduação em Sociedades e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2022.

BARTH, Fredrik. Los grupos étnicos y sus fronteras. La organización social de las diferencias culturales. Traducción de Sergio Lugo. México: Fondo de cultura económica, 1976.

BELLO, Álvaro (2004): Etnicidad y ciudadanía en América Latina. La acción colectiva de los pueblos indígenas. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2004.

BLANCO, Marisa. El concepto de movimiento social: Acción, identidad y sentido Chile: Última Década, Chile, n. 5, p. 1-18, 1996.

BLANCO, Marisa. Propuesta para un análisis del movimiento indígena como movimiento social. Política y Sociedad, Madrid, v. 42, n. 2, p. 49-62, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. Operação Acolhida inicia plano emergencial para as ocupações espontâneas. Brasília: Ministério da Defesa, 27 mar. 2020. Atualizado em: 03nov. 2022. Disponível em: < <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/operacao-acolhida-inicia-plano-emergencial-para-as-ocupacoes-espontaneas> >. Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL. Poder Executivo. Decreto nº - 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da União: Brasília, DF, seção 1. a. CXLI, n. 75, p. 1, 20 abr. 2004. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/11549/12162> >. Acesso em: 05 out. 2024.

BRASIL. Poder Executivo. Medida Provisória n. 820 de 15 de fevereiro de 2018. Diário Oficial da União: [s.l.]: seção 1, n. 32, 16 fev. 2018. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/02/2018&jornal=515&página=2&totalArquivos=126>>. Acesso em: 26 mai. 2024.

BRICEÑO, Marielys. O deslocamento internacional de indígenas venezuelanos E'ñepá e os processos de reconfiguração espacial, territorial e identitária. 2022, f. Dissertação (Mestrado em Sociedades e Fronteiras) Programa De Pós-Graduação em Sociedades e Fronteiras, Boa Vista, Brasil, 2022.

CASTELLS, Manuel. La era de la información. Economía, sociedad y cultura. Madrid: Alianza Editorial, v. 2: El poder de la identidad, 1997.

CASTILHO, Ela. “Brasil ka Ubanoko”. Revista del Ministerio Público de la Defensa dela Nación, Argentina, n. 17 dic 2022.

CASTRO, Mariana. Venezuelanas/os em Boa Vista: Práticas comunitárias, resistências e novas territorialidades na Ocupação Ka Ubanoko.. PERIPLOS: Revista de Investigación sobre Migraciones, [s. 1.], v. 5, n.1, p. 157-180, 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/34735. Acesso em: 4 dez. 2022.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Derecho a la libre determinación de los Pueblos Indígenas y Tribales. [S.l.]: Comisión Interamericana de Derechos Humanos, 2021. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/LibreDeterminacionES.pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.

GOHN, María. Novas teorias dos movimentos sociais. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

INDÍGENAS DE KA UBANOKO. Consulta Libre, Previa e Informada Ka Ubanoko2020. Boa Vista, RR, dez. 2020.

LEONTIEV, Aleksei. Actividad, conciencia y personalidad. Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1983.

LIMA, Jadson. Exército tortura indígena refugiado em RR, denuncia liderança Warao. Revista Cenárium, Manaus (AM), 05 ago. 2024. Disponível em: <<https://revistacenarium.com.br/exercito-tortura-indigena-refugiado-em-rr-denuncia-lideranca-warao/>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

LUCKEZIE, Lucas. Acolhida: Justiça suspende licitação milionária e pede explicações sobre irregularidades. Folha de Boa Vista, 18 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.folhabv.com.br/cotidiano/acolhida-justica-suspende-licitacao-milionaria-e-pede-explicacoes-sobre-irregularidades/>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MOREIRA, Elaine. Os Warao no Brasil em Cenas: “O estrangeiro...”. PÉRIPLOS - GTCLACSO - Fronteiras internacionais e migração indígena na América do Sul, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 56– 68, 2018.

OLIVEIRA, Márcia. Dinâmicas migratórias na Amazônia contemporânea. 2014 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

OLIVEIRA, Márcia; SARMIENTO, Gilmara; VALERIO, Joel. Perfil Migratório Venezuelano e Demandas por Políticas Públicas em Boa Vista. In: OLIVEIRA, MarciaMaría de; SANTOS, Maria (org.). Coletânea Interfase da mobilidade humana na fronteiraamazônica. Boa Vista, RR; Editora da Universidade Federal de Roraima, 2020, p. 60-92.

OLIVEIRA, Roberto. Identidade étnica, reconhecimento e o mundo moral. Revista ANTHROPOLÓGICAS, Recife, (PE), a. 9, v. 16(2), p. 9-40, 2005.

OLIVEIRA, Roberto. La politización de la identidad y el movimiento indígena. In: Alcina, José (org.). Indianismo e indigenismo en América. Madrid: Alianza Editorial, p. 145- 161, 1990.

OLIVEIRA, Roberto. Os (des)caminhos da identidade. Revista Brasileira De Ciências Sociais, v. 15, n. 42, p. 7-21, fev. 2000.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA. MPF se reúne com migrantes daocupação espontânea Ka'Ubanoko. Órgão manifesta preocupação com os planos do governo do estado e da

Operação Acolhida para a ocupação. Ecoamazônia, Boa Vista, 2020. Disponível em: <https://www.ecoamazonia.org.br/2020/10/mpf-reune-migrantes-ocupacao-espontanea-kaubanoko/>. Acesso em: 30 set. 2024.

TISSATO, Cróstian. Diálogos sobre a emancipação: o contemporâneo na perspectiva de Bauman, Santos e Giddens. Emancipação, v. 21, p. 1-14, 2021.

TORO, Jose Bernardo; WERNECK, Nísia. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VENEZUELA. Asamblea Nacional. Ley Organica de los Consejos Comunales. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela. Caracas, a. 137, n. 39.335, mês III, 28dez. 2009.

Disponível em: <<https://www.asambleanacional.gob.ve/storage/documentos/leyes/ley-organica-20220125131044.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2024.

VENEZUELA. Constitución de Venezuela de 1999. Caracas: Palacio Federal Legislativo, 1999.

VYGOTSKY, Lev. A formação social da mente. In: COLE, Michael; JOHN-STEINER, Vera; SCRIBNER, Sylvia; SOUBERMAN, Ellen. A formação social da mente. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

YAMADA, Erika et al. Humanos, indígenas e migrantes: Aspectos jurídicos da migração de indígenas da venezuela ao Brasil. In: BAENINGER, Rosana et al. (Org.). Migraciones Fronterizas. – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nipo/Unicamp, 2018. 680 p.

ZANFORLIN, Sofia. Migrantes Venezolanos Impressões do campo em Roraima. Lemonde. Diplomatique Brasil. [S.l] 26 jan. 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/impressoes-do-campo-em-roraima/>. Acesso em: 10 ago. 2024.